



聖若瑟大學  
UNIVERSITY OF  
SAINT JOSEPH

# “Mapas esquivos” Goa e Macau: a inscrição da identidade

(nas línguas, literaturas e culturas)

**Nº1 // Série Monográfica**

Departamento de Estudos Portugueses  
Faculdade de Humanidades  
Universidade de São José

*Com Ilustrações de Catarina Cottinelli*

2019

# Os goeses e a cultura de língua portuguesa depois de 1961: implicações literárias e identitárias

Daniela Spina

*Centro de Estudos Comparatistas - Universidade de Lisboa<sup>8</sup>*

---

<sup>8</sup> Este trabalho foi realizado com o apoio financeiro da FCT, no âmbito do programa de bolsas de doutoramento 2016.

## ABSTRACT

After the annexation of Goa, Daman and Diu by the Indian Union in 1961, the Portuguese language and its culture went through an agonizing decline in Goa, which, although it happened slowly and gradually, was a true case of announced death. Despite Portugal's efforts, particularly by the Estado Novo, to preserve a kind of cultural hegemony over Goa, for over twenty years Portuguese language was dismantled from the schools, losing its status of literary and vehicular language. The aim of this essay is to investigate some Goan attempts to defend the use of the Portuguese language, to understand the change in Goan linguistic habits and literary taste, and to recognize the possible implications that this had on the self-perception of Goan identity.

Keywords: Goa; 1961; Portuguese language culture; literary language; cultural identity.



Em 1959, dois anos antes da anexação de Goa pela União Indiana, Manuel Ferreira publicava um artigo sobre o estado da literatura em Goa e, mais no específico, sobre o estado da cultura de matriz portuguesa, encarando o problema como resultado do descuido das instituições coloniais em relação à realidade cultural goesa. O artigo, intitulado "A Cultura em Goa e a Literatura de Expressão Portuguesa", foi publicado num número especial da revista *Estudos Ultramarinos* dedicado às manifestações literárias e artísticas do Ultramar. Neste, o quadro representado é trágico, assumindo o autor uma posição fortemente crítica e pessimista. Tecendo uma comparação com os contextos culturais e literários de outras ex-colônias portuguesas – então províncias ultramarinas –, Manuel Ferreira exaltava as falhas do ambiente goês e identificava a raiz desses problemas em questões identitárias, "uma vez que todo o goês se debate, de início, entre solicitações indianas e europeias" (FERREIRA, 1959: 154), questões linguísticas, sendo a língua portuguesa "tão diferente e tão longínqua daquela que lhe vem do leite materno" (FERREIRA, 1959: 154), e de maneira geral, no facto de Goa ser um meio pequeno. Além disso, Ferreira reconhecia que a falta de condições idóneas para que surgisse em Goa um sistema literário era agravada pelo desinteresse da política ultramarina. Dessa forma, ele escrevia:

*A que se deve a disparidade, podemos assim dizer, dos caminhos seguidos actualmente por Cabo Verde e parcialmente por Angola e Moçambique, por um lado – e, Goa, por outro? E não só uma disparidade de caminhos, como também um desnivelamento de valores? Além das tremendas dificuldades que se deparam ao escritor goês para alcançar a posse total de um instrumento linguístico, que não é, de modo algum, o de todos os goeses, há ainda outros factores que se traduzem na falta de materiais, na escassez tremenda do nosso livro, de revistas literárias, e na existência de um precário ambiente cultural. (FERREIRA, 1959: 157)*

Ferreira exime das suas críticas os escritores e intelectuais goeses e luso-descendentes que emigraram para a metrópole, e que conseguiram se formar sob a influência do espírito moderno do seu tempo, como Moniz Barreto, Adeodato Barreto e Orlando da Costa. A estes, ele contrapõe uma escassa produção literária dos autores locais, ainda agarrada "a cânones e tendências ultrapassadas, dado que a lição do modernismo presencialista ou do neo-realismo ou do surrealismo é desconhecida ali" (FERREIRA, 1959: 156). O artigo é concluído com uma exortação para que fossem tomadas medidas urgentes para uma mudança rápida desse contexto decadente, "pois assim o exige o prestígio da nossa língua e a dívida enorme que contraímos para com aqueles que se formaram na nossa cultura e dentro destes os que pela sua condição nata são os escritores do futuro, os homens que erguem uma Literatura" (FERREIRA, 1959: 159).

O escritor português falava com uma autoridade legitimada pela sua vivência em Goa, entre 1948 e 1954, onde, entre outras atividades em que pode ser levantada a sua presença, colaborou com o jornal *O Heraldo* na criação de uma rubrica cultural semanal, publicada no dito periódico entre 1953 e 1954, com o intento de estimular a curiosidade intelectual dos leitores goeses. Contudo, o artigo de Manuel Ferreira apresenta imprecisões bibliográficas e observações reducionistas, em que muitas vezes um contexto histórico-cultural de referência é ausente. Ao falar da *quase inexistência* de uma poesia goesa e de uma imprensa periódica que se ocupasse de assuntos culturais, Ferreira estava desconsiderando dois aspetos que podiam ser pensados como os pilares do meio literário goês de língua portuguesa. Evidentemente, a comparação com as outras colônias africanas comprime as dimensões do fenómeno literário goês e, embora se tratasse de um ambiente que Ferreira

tinha experienciado pessoalmente, naquela altura ainda não tinha sido publicado algum trabalho historiográfico que pudesse funcionar de suporte para a produção de estudos críticos sobre a literatura de Goa em português. De facto, *Esboço da História da Literatura Indo-Portuguesa* de Filinto Cristo Dias foi publicado, na íntegra, só em 1963, dois anos depois da anexação; enquanto a história literária *A Literatura Indo-Portuguesa* de Vimala Devi e Manuel de Seabra foi publicado pela Junta das Investigações do Ultramar apenas em 1971.

Até a década de 60, a produção literária goesa, *lato sensu*, que podia ser registada era muito mais flórida do que aquela descrita por Manuel Ferreira. Porém, as críticas do escritor português se revelaram clarividentes no que concerne ao não-surgimento de um sistema literário de língua portuguesa. A precariedade do mercado editorial e livreiro, a falta de uma rede de bibliotecas e instituições literárias – como associações ou institutos culturais – que se responsabilizassem pela formação de leitores, são problemas levantados por Ferreira, o qual, com muita probabilidade, tinha consciência de que o cultivo da literatura de língua portuguesa estava com os dias contados em Goa.

Se por um lado, numa revista ligada ao Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, nos finais da década de 50, Manuel Ferreira alertava sobre o estado precário da literatura e cultura de expressão portuguesa em Goa, e na década de 70 estava a ser publicada, em Lisboa, a mais completa história da literatura indo-portuguesa, com o apoio de outra instituição colonial, o que é que acontecia em Goa? Quais eram os sentimentos dos goeses perante a cultura de língua portuguesa, depois de 1961? À partida, esta pergunta não pode ter uma resposta absoluta ou unívoca, sendo que quando falamos de *goeses*, as identidades culturais envolvidas são plurais e distintas, sendo impossível – além de incorreto – ajustá-las todas dentro do mesmo caso. Muitos escreveram sobre os sentimentos de *lusofobia* espalhados em Goa já muito antes do fim do colonialismo, sobretudo no que interessa a rejeição da hegemonia cultural de língua portuguesa face ao estado repressivo ao qual a cultura de língua concani estava sujeita. Contudo, dentro da comunidade católica goesa, nem todos estavam em favor da possibilidade de que o português caísse em desuso, podendo ser elencado um amplo leque de motivações que justificam essa posição. O propósito deste ensaio é estudar algumas dessas tentativas *goesas* de defesa da cultura de língua portuguesa, por meio da análise dos discursos produzidos numa série de textos publicados entre a década de 60 e 90, que intercedem, às vezes de maneira romântica, outras vezes de maneira pragmática, em favor da língua portuguesa. O objetivo é averiguar se esses textos se distanciam, ou não, de um discurso essencialmente nostálgico, em defesa de uma cultura literária em português enquanto cultura goesa e da língua portuguesa enquanto língua literária. Interessa-me entender, também, as implicações identitárias que essas argumentações acarretam, tentando sair da lógica lusotropicalista que vê o caso de Goa como exemplo da exceção do colonialismo português. Bem pelo contrário, interessa-me verificar a complexidade das motivações alegadas nessas tentativas de defesa, problematizando o contexto em que estas são enunciadas.

## A DÉCADA DE 70 E AS REVISTAS O GLOBO E HARPA GOESA

O primeiro caso a ser analisado é o da revista *O Globo*, publicada a partir de 1968, com o intento de revitalizar o uso da língua portuguesa no domínio da escrita literária, valorizar o legado cultural relacionado à expressão dessa língua e, sobretudo, problematizar a sua depreciação entre os goeses. A revista *O Globo* foi fundada por António de Menezes e foi publicada



mensalmente desde julho de 1968 até outubro de 1977. A partir da edição de julho de 1972, a revista passou a ser publicada em português e inglês, mudando o seu nome para *Globo* (RODRIGUES, 2000: 605). Sendo importante perceber o contexto em que se concretizou a publicação desse periódico, examinarei alguns excertos do seu primeiro ano de vida que se debruçam sobre o estado da língua portuguesa em Goa.

Começando por uma carta ao editor, vemos como a preocupação pela precariedade do português é expressada pela oposição da cultura goesa com o resto da Índia, ainda entendida enquanto espaço alheio. Nessa carta, assinada por "M. de M.", referência principal é uma visita a Goa da primeira ministra indiana na época. Indira Gandhi, numa conferência dada no Instituto Menezes Bragança, comentou que, em ocasião de uma sua viagem ao Brasil, tinha garantido a quem perguntava sobre o futuro do português em Goa que "a língua portuguesa seria conservada e protegida para intensificar a amizade com os povos da América Latina" (M. de M., 1968: s.p.). Achando as declarações de Indira Gandhi forçadas, o autor da carta enfatiza como as promessas feitas pelo pai da ministra, Jawaharlal Nerhu, em 1962, de manter intacta a identidade portuguesa de Goa, não tinham sido mantidas, tendo a cultura portuguesa caído, cada vez mais, numa condição de menosprezo. A exemplo disso, M. de M. oferece um acontecimento de crónica local, contando da recusa da Emissora de Goa a gravar música portuguesa tocada durante um evento musical acontecido no Clube Vasco da Gama de Pangim, apesar do entusiasmo do público presente. Além disso, o autor da carta reforça o seu comentário, adicionando que o repertório da Emissora de Goa, naquela altura, carecia de música capaz de satisfazer os gostos dos demais goeses. Contudo, a frase que conclui a carta transpõe as diversidades culturais presentes em Goa para o plano do conflito político: "Temos que reagir perante a política manifestamente hostil à língua portuguesa dos que têm os destinos nossos nas suas mãos" (M. de M., 1968: s.p.). Essa oposição entre *destinos nossos* e *suas mãos* é indicativa das posições polarizadas dos goeses em relação ao espinhoso assunto, mostrando a dificuldade dos poucos em afirmar-se contra o desdém da política local, representada pela rádio gerida pelo Governo de Goa. Também numa outra carta, congratulando-se com o editor pela iniciativa de publicar uma revista em língua portuguesa, A. P. Gonçalves escreve que essa língua "ainda na opinião de umas individualidades não goesas, de Além-Gate deve ser aqui mantida e acarinhada" (GONÇALVES, 1968: s.p.), sendo este comentário reforçado por uma citação extraída de um editorial do jornal *Navhind Times*, periódico goês de língua inglesa fundado em 1963 e ainda hoje publicado. Nessa citação, fala-se da necessidade de superar as implicações políticas que impedem o reconhecimento do valor literário, artístico e cultural do legado português, afirmando que "será uma tragédia se por causa da nossa miopia tivermos de repelir o impacto da peregrinação portuguesa em Goa" (GONÇALVES, 1968: s.p.).

Dois artigos que vale a pena mencionar, publicados em 1968 em *O Globo*, são "Em Prol da Língua Portuguesa" de Maria José Dias e "A Língua Portuguesa" de José Rangel. Na defesa do português que os dois autores tecem, os seus artigos diferenciam pelo registo da linguagem: clara e objetiva no primeiro, retórica e sentimental no segundo. Na sua argumentação sobre as motivações por que os goeses deveriam se engajar na luta em defesa do português, o autor de "Em prol da língua portuguesa" torna clara a diferença entre o significado de rejeitar um passado de subalternidade e opressão, e rejeitar um segmento de cultura que poderia se revelar proveitosa para os próprios fins dos goeses:

*Se é de justiça profligar os desmandos cometidos, não é de menos justiça reconhecer o bem que Portugal por aqui deixou e que é lembrado por quem não se deixa obnubilar pela sanha da paixão e do preconceito. Há que distinguir entre oposição a um sector específico da história portuguesa e uma fobia por tudo o que é português e que aqui em Goa andou por cerca de meio milhar de anos (DIAS, 1968: s.p.)*

Mariano José Dias alega que o cultivo da língua portuguesa entre os goeses não impediria, de alguma forma, o desenvolvimento da língua concani, sublinhando o facto de que as razões que o levavam a fazer tais afirmações não estavam relacionadas a algum tipo de *sentimentalismo* ou afiliação política. Bem pelo contrário, ele acredita na utilidade de ensinar o português, enquanto língua culta e literária e adequada para estabelecer e fortalecer as relações com os outros países de língua portuguesa. Sobretudo, ele faz questão de fomentar a importância do ensino do português ao nível universitário, sendo que, para vigorizar as suas posições, Dias anexa ao seu artigo o famoso parecer do jesuíta suíço Ethelbert Blatter, um cavaleiro de batalha dos defensores da cultura portuguesa em Goa (BLATTER, 1968: s.p.). De facto, encontramos o parecer de Blatter, solicitado por Acácio Gabriel Viegas com o fim de autorizar o ensino do português na Universidade de Bombaim em 1920, também na história literária de Vicente de Bragança Cunha de 1926, *Literatura Indo-Portuguesa: Figuras e Factos*, entre outros textos. Tal parecer apoia-se, de maneira resumida, num específico ponto forte: o português podia ser considerado enquanto única língua europeia vernácula na Índia; *status* adquirido graças às políticas de colonização portuguesa, que fizeram com que se instituisse uma verdadeira “comunidade de língua” entre portugueses e goeses, e também goeses que viviam na Índia Britânica (BLATTER: 1968, s.p.). Mariano José Dias recorre ao exemplo do ensino universitário por estar consciente de que os circuitos académicos seriam uma plataforma pertinente para tecer relações com outras realidades internacionais de língua portuguesa. De facto, o seu texto conclui com uma proposta de reedição de obras raras – não é especificado se se trataria de obras goesas ou portuguesas – e publicação de novos trabalhos sobre a língua portuguesa, cuja realização poderia ser levada à frente apenas com auxílio de instituições estrangeiras de ensino e cultura, referindo, entre outros exemplos, a Fundação Calouste Gulbenkian e as universidades portuguesas e brasileiras.

O artigo de José Rangel “A Língua Portuguesa”, publicado na edição de *O Globo* de agosto de 1968, é um elogio não apenas à língua, mas em geral ao “génio civilizador português” (RANGEL, 1968: s.p.). Rangel abre o texto com uma queixa ao governo local por ter acabado com a publicação bilingue do *Government Gazette* e ter substituído o português, ao lado do inglês, pelo marata e o concani, o qual, escrito no alfabeto devanagárico, “é grego para o sector católico goês, afeito ao [alfabeto] romano que destarte andarà às aranhas, sujeito às arbitrariedades do poder” (RANGEL, 1968: s.p.). Nas primeiras linhas do seu artigo, vemos que, atuando dessa forma, o governo prejudicava “a alma goesa”. Por isso, ao invés de listar as motivações pelas quais, na sua opinião, o governo tinha atuado daquela forma, o autor afirma preferir enquadrar o problema no seu contexto, tendo uma descrição da relação íntima entre o goês e a língua portuguesa, que é concluída com as seguintes palavras carregadas de lirismo:

*E no ominoso momento presente, de guerra de morte à sua doce e insinuante presença no solo sagrado de Goa, a língua portuguesa, cónscia do seu lídimo direito de estar na terra que fez sua, e lamentosa da ingratidão dos homens,*



apela para os corações que batem por ela, que se batam por lhe restituir o lugar que os séculos lhe conferiram, em que ela se reerga, esplendente de vida e de luz. (RANGEL, 1968: s.p.)

Há que comentar que os dois artigos de Mariano José Dias e José Rangel, além do registo linguístico, são distintos na abordagem do problema. Se Dias recalca os aspectos pragmáticos, não insistindo na supremacia do português sobre as outras línguas goesas – se bem que não temos a certeza que esta não fosse apenas uma estratégia discursiva –, o discurso de Rangel beira a retórica lusotropicalista sobre a filantropia implícita na ação portuguesa no Oriente, tentando justificar, com um pano de fundo pretensiosamente histórico, as exigências da comunidade católica que o governo voluntariamente ignorava. Afinal, quando ele escreve do “direito” da língua portuguesa a ficar em Goa, e de “restituir o lugar que os séculos lhe conferiram”, está, com muita probabilidade, a falar de questões de poder. Assim escrevendo, ele não reclama o mero direito a falar português, mas, sobretudo, ele apela para o reconhecimento da língua portuguesa como língua oficial, pedindo que seja utilizada no boletim oficial do governo. José Rangel será posteriormente, em 1988, diretor do Center of Indo-Portuguese Studies “Vojcuntrao Dempo”. Esse Centro pode ser encontrado referenciado em muitos textos publicados na década de 90 que se debateram sobre o problema do português, como um dos poucos centros culturais empenhados na promoção da cultura indo-portuguesa em Goa.

Outra revista que vale a pena resenhar é *Harpa Goesa*. Órgão oficial do Centro de Cultura Latina de Pangim, *Harpa Goesa* foi publicada anualmente desde dezembro de 1968 até a morte do seu fundador e diretor do dito centro, Renato de Sá (RODRIGUES, 2000: 605). De acordo com as informações recolhidas por Maria de Lourdes Bravo da Costa Rodrigues (2000), o Centro de Cultura Latina foi fundado em 1964, com o compromisso de divulgar a cultura de língua portuguesa, possuindo um espólio bibliográfico composto por livros e periódicos procedentes de Brasil e Portugal, e fomentando, durante os seus anos de atividade, verdadeiros concursos literários entre os estudantes de português do centro. Esses jovens estudantes eram, aliás, os principais autores dos artigos publicados na *Harpa Goesa*, como se pode apreender pelo editorial do segundo número de 1969. Como no caso de *O Globo*, esta começou a ser editada exclusivamente em língua portuguesa, acabando por incluir, já a partir do segundo número, também textos em inglês.

Para entender o tipo de propaganda cultural que o Centro de Cultura Latina produzia, a leitura dos editoriais do diretor da *Harpa Goesa* pode resultar útil. De forma geral, todos os editoriais da publicação anual serviam para contextualizar tanto os artigos que constituíam o número, quanto a atividade do Centro ao longo do ano em questão. Os editoriais de Renato de Sá caracterizam-se pela positividade com que é enfrentado o problema do desaparecimento da língua portuguesa e da cultura a esta relacionada. Comparada com outros textos publicados na mesma década, a escrita de Renato de Sá nunca se pinta dos tons do trágico; pelo contrário, as suas opiniões, baseando-se na observação da experiência direta no Centro e na receção das atividades deste pelos goeses – sobretudo no que concerne a população católica mais jovem –, são persuasivas por serem delimitadas ao contexto específico em que ele opera. De facto, a sua crítica é sempre elaborada com atenção em não usar uma linguagem depreciativa ou à custa da promoção doutras línguas goesas; a mesma coisa acontece com os artigos publicados na revista, os quais nunca atingem o tom de polémica, tratando principalmente de tema de interesse literário ou historiográfico.



Se tomamos como exemplo um dos últimos editoriais assinados por Renato de Sá, intitulado "Sob a Crista da Vaga Vibra ainda o Português em Goa, Damão e Diu?", com data 3 de dezembro de 1978, o trabalho do Centro não é contextualizado apenas no meio goês, mas também numa perspetiva internacional, acentuando, implicitamente, o facto de que uma maior atenção para a cultura de cunho português poderia comportar, como consequência, uma maior difusão do nome de Goa no cenário internacional. Ele cita, como exemplo, uma lista de universidades estrangeiras, em que, em contexto de simpósios científicos de estudos lusófonos, foi manifestado o interesse para a cultura indo-portuguesa, incluindo, nessa lista, também universidades indianas. À luz disso, ele conclui escrevendo que, dadas as circunstâncias flóridas em que a cultura de língua portuguesa estava a ser reanimada na Índia, não havia motivo pelo qual "a preservação da cultura portuguesa e latina em Goa não deveria ter entre nós o lugar que lhe compete" (SÁ: 1978, 4).

## O PASSADO E O FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM GOA NA DÉCADA DE 80

Os próximos textos que abordarei são dois artigos de Joseph Barros publicados no *Boletim do Instituto Menezes Bragança* na década de 80, um artigo de autoria de Lúcio Veiga Coutinho publicado na *Revista da Academia da Língua e Cultura Portuguesa* em 1981 e, por último, um texto assinado por Bailon de Sá, diretor do Instituto Menezes Bragança, ainda no *Boletim*.

Muito parecidos nos conteúdos, mas um com um enfoque historiográfico e outro com uma atenção particular ao ensino em Goa, os textos de Joseph Barros apresentam uma defesa da língua e da cultura portuguesa a partir da explicação das motivações que levaram ao declínio desse ambiente cultural. "Língua e Cultura Portuguesa em Goa: Sua Génese Histórica" é um artigo oriundo de um texto de conferência apresentado no 4º Seminário Internacional da História Indo-Portuguesa, realizado em Lisboa em 1985. Está claro que o contexto para o qual o texto foi escrito influi na compreensão do discurso defendido pelo autor, para o qual a colonização de Goa pelos portugueses seria um acontecimento importantíssimo na história universal, que provaria a "contribuição positiva de Portugal em prol da Civilização" (BARROS, 1985: 2). A reconstrução da *génese histórica* da língua e da cultura portuguesa em Goa inicia com a política dos casamentos de Albuquerque e a criação de uma sociedade mista. É enfatizado, ainda, o aporte dos jesuítas na introdução de um sistema de ensino eficiente e o aperfeiçoamento deste por parte do governo da metrópole, mediante um novo Plano Geral de Instrução Pública em 1845, para promover com mais eficácia o ensino da língua e da cultura portuguesa. De acordo com Barros, até 1961, em Goa podiam-se contar 26.326 alunos no ensino primário a estudar português, 2.621 no ensino liceal e 993 na área do ensino técnico, enquanto na década 80 o quadro era completamente o oposto. O autor escreve:

*O corte de relações diplomáticas por longos anos, a falta de intercâmbio cultural, a desagregação de Goa da órbita portuguesa, o isolamento de Goa da corrente cultural Luso-Brasileira, o bloqueio comercial entre Goa e Lisboa, a diluição das instituições sociais e culturais como as de Santa Casa de Misericórdia, Recolhimento da Serra, Liceu Nacional Afonso de Albuquerque, Escola Normal Luís de Camões, as Comunidades e as Confrarias, e a evacuação à lufa-lufa de centenas de goeses, são algumas das causas responsáveis pela queda de várias corporações e instituições culturais em Goa. (BARROS, 1985: 7)*

A isso, Joseph Barros adiciona o fator de o português ter perdido o seu *market value* em Goa, por ter sido substituído pela língua inglesa enquanto língua de negócios. Também no âmbito do ensino primário e liceal, e sobretudo no que concerne a imprensa periódica local, os partidários do inglês conseguiram afirmar-se. Barros alerta para que sejam adotadas medidas urgentes para acabar com o processo de erradicação da língua portuguesa em Goa, sugerindo como exemplo de políticas linguísticas ideais o acordo entre União Indiana e França, relativo ao ensino do francês nas escolas primárias e secundárias da ex-colônia de Pondicherry, cedida em 1956.

O segundo texto de 1988, "O Ensino das Letras no Estado da Índia", foi originariamente lido no Centro de Estudos Portugueses da Universidade de São Paulo<sup>9</sup>, apresentando a mesma estrutura do artigo de 1985, com uma leve variação dos conteúdos. Com relação ao artigo anterior, Joseph Barros adiciona às motivações comerciais e pedagógicas anteriormente ilustradas, causas psicológicas e políticas. Ele assume que, desde o ponto de vista psicológico, houve um trauma nos goeses por se ter quebrado o equilíbrio mental gerado por quatro séculos e meio de estabilidade linguística, enquanto, desde um ponto de vista político, "não houve nenhum entendimento entre as partes litigantes" (BARROS, 1988: 5), mas sim apenas "um vácuo diplomático" (BARROS, 1988: 5) que desfavoreceu o cultivo da língua portuguesa em Goa, Damão e Diu. Outra diferença com o texto "Língua e Cultura Portuguesa em Goa" é que Barros reflete muito na possível influência positiva do Acordo Cultural assinado entre Índia e Portugal em 1980, no qual é pactuado que cada uma das duas partes outorgantes se empenhava em encorajar e facilitar a promoção da cultura da outra<sup>10</sup>. Ele insiste, sobremaneira, no peso que o Acordo pode ter no estabelecimento de uma nova rede de ensino do português a nível nacional, podendo funcionar como ponto de partida para que um dia o ensino da língua e literatura portuguesa seja instituído ao nível universitário.

Entre as revistas que se propunham de revitalizar a cultura de língua portuguesa em Goa, é importante sinalizar, também, a *Revista da Academia da Língua e Cultura Portuguesa*, publicada a partir de 1981, por um total de doze números bienais. Órgão da Academia da Língua e Cultura Portuguesa de Pangim, esta revista distingue-se de *O Globo* e *Harpa Guesa* por publicar também textos literários, sobretudo contos, produzidos por escritores goeses depois de 1961, como os casos de Epitácio Pais e Walfrido Antão. Desta revista, propõe-se a leitura do texto "Futuro da Língua Portuguesa em Goa" de Lúcio da Veiga Coutinho, de 1981, o qual é interessante por assumir o problema do português enquanto língua colonial. Como no artigo de Mariano José Dias publicado na revista *O Globo*, a reflexão sobre o estado da língua portuguesa em Goa é feita a partir de uma tomada de consciência sobre o que significa defender ou rejeitar essa língua, e sobre todas as consequências, positivas e negativas, ligadas a essas tomadas de posição. Por exemplo, Lúcio da Veiga Coutinho vê entre os lados positivos de abandonar o português, uma possibilidade para o concani renascer, "até em reparação dos erros do passado" (COUTINHO, 1981: 17), mas entre os lados negativos, julga a substituição do português pelo inglês, no papel de língua veicular, como uma escolha discutível. Ele escreve:

Informação proporcionada pelo autor no artigo, mas em falta da data de apresentação.  
Decreto n.º 35/80, Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo de



*É verdade que a língua inglesa foi no passado instrumento de colonização a par da língua portuguesa, e portanto a substituição desta por aquela na nossa vida de cada dia não pode ser considerada positivamente um avanço nas sendas da autonomia integral a que aspira todo o povo. Assim compreende-se que haja muitos que embirram – alguns violentamente – contra o facto de os goeses em geral, mesmo os que devotam sincero amor ao idioma de Camões, terem facilmente sucumbido à tentação de sacrificar uma língua colonial à outra. (COUTINHO, 1981: 17)*

Coutinho reconhece que nos países recentemente saídos de uma condição de domínio colonial, a escolha de adoção linguística se orientou, quase em todos os casos, para as línguas que ofereciam mais vantagens no mercado do trabalho, como o inglês. Porém, apesar da sua consciência, o autor faz questão de lembrar que a língua e a cultura portuguesa fazem parte da identidade, e fazer um corte com esse legado cultural, significaria “deixar arrancar pedaços da nossa alma colectiva e resignar-nos a prosseguir a nossa marcha pelos caminhos da História como seres mutilados ou amorfos” (COUTINHO, 1981: 18). A questão identitária levantada por Coutinho é importante por dialogar com o problema da ambivalência identitária do goês, tópico profundamente explorado, sobretudo nas últimas décadas antes da anexação de Goa, e aproveitado pela retórica lusotropicalista de Gilberto Freyre. Contudo, embora fosse muito comum esse discurso identitário pertencer às elites católicas – entendido como estratégia defensiva dos próprios privilégios –, Coutinho atesta que a língua portuguesa é património também daqueles que nunca a aprenderam – como hindus e católicos não educados –, por ter moldado profundamente a maneira de ser do goês.

O último texto da década de 80, “O Futuro da Língua Portuguesa em Goa” de Bailon de Sá, apresenta uma visão bastante crítica do domínio colonial na Índia, retratando a libertação de 1961 como um momento positivo, mas que gerou uma fratura interna aos goeses: “uns julgando que o futuro deles e da sua progénie corria grande risco; outros aterrados perante a incapacidade de aguentar a mudança do modo de vida e língua de que eles pouco ou nada compreendiam; outros ainda pela ignorância de que a mudança política nem sempre pressupõe uma convulsão social e económica” (SÁ, 1989: 1). Em relação à língua portuguesa, cujo futuro é descrito como “brumoso e sombrio”, Bailon de Sá sustenta que ainda há razões, de várias ordens, para manter viva a língua dos colonizadores. Em primeiro lugar, ele agencia a necessidade de saber falar o português para estudar o património bibliográfico guardado nos arquivos goeses, indispensável para o estudo da história de Goa. Em segundo lugar, ele coloca a exigência de manter ativas as relações com os países que outrora foram também colónias portuguesas. Por último, a própria beleza da língua, sendo que “ela não tem nada com os políticos que a deturpam e a utilizam para seus fins nefastos” (SÁ, 1989: 3). O seu discurso situa-se entre a defesa romântica e a argumentação pragmática, concluindo que um acontecimento como o já mencionado Acordo Cultural, entre Portugal e Índia, poderia garantir que a língua portuguesa fosse mantida como veículo entre as nações envolvidas, auspiciando que esse Acordo “não seja apenas uma modalidade política de tantas que há e que só servem para enganar o burguês”.

## CONCLUSÕES SOBRE UM CICLO LITERÁRIO EM CONCLUSÃO

Abrimos o presente ensaio fazendo menção de um artigo de Manuel Ferreira sobre o estado da literatura em Goa, nomeadamente, sobre a inexistência de um sistema literário de língua portuguesa. A maioria dos textos que foram referidos não se

debruçavam sobre a produção literária goesa em português, mas, de maneira mais generalizada, se focavam na importância de preservar um patrimônio cultural mais amplo, entendido como algo cuja defesa era um dever para todos os goeses. A língua em si é considerada não apenas enquanto veículo, mas como parte integrante da identidade goesa, chegando a casos paradoxais, como o de Lúcio da Veiga Coutinho (1981), o qual afirmava que a língua portuguesa participava da construção identitária também dos goeses que não a dominavam.

Relativamente à literatura produzida pelos goeses, em 1976, Lourdino A. Rodrigues tinha publicado um ensaio historiográfico intitulado "Goan Literature in Portuguese Language" em que salientava a importância de o português continuar a ser estudado para não perder a possibilidade de conhecer e apreciar esse arquivo literário genuinamente goês. Rodrigues, intelectual defensor da língua concani e estudioso da sua restrita literatura, no seu ensaio duvida que a literatura goesa em português possa voltar um dia a florescer, dadas as circunstâncias de negligência a que essa língua estava destinada; mas insiste na importância de reescrever a história dessa literatura, podendo ser um tipo de trabalho de alto valor didascálico para as gerações vindouras. Esta razão constitui, para o autor, uma motivação suficientemente válida para preservar o português.

Para concluir, o texto da palestra de Orlando da Costa "Literatura Indo-Portuguesa Contemporânea: Antecedentes e Percursos" (1999) propõe-se fazer uma resenha crítica da literatura indo-portuguesa do século XX. Apresentado em Paris, na conferência internacional *Vasco da Gama e a Índia* em 1998, em ocasião do quinto centenário da chegada dos portugueses à Índia, o texto constitui uma espécie de finalização reflexiva sobre aquilo que significou a presença portuguesa em Goa para o desenvolvimento de uma literatura indo-portuguesa. Longe do registo nostálgico e da ideologia lusotropicalista, Orlando da Costa fala na qualidade de escritor e leitor goês, periodizando a literatura indo-portuguesa em dois momentos, um *pré* e outro *pós* Adeodato Barreto, o qual é considerado como o primeiro poeta goês a simbolizar a *indianidade* ou a "indianização da criação literária" (COSTA, 1999: 239), muitas vezes ausente noutros escritores goeses anteriores a ele. Costa realça o valor cultural do português, entendido como importante meio de expressão dessa *indianidade*, apesar de todas as limitações do caso. Ele imagina essa língua em três perspetivas, como as três vertentes de uma pirâmide:

*a da fluência do discurso, que relaciono com factores ou condicionamentos de natureza étnica, vinculados a tradições de escrita e fala totalmente diferentes; a da confluência dos valores intelectuais e sentimentais, da resistência à aproximação e substituição de todo um mundo de "códigos" e modos de comunicação; e a da influência de padrões estético-literários, a partir da cedência progressiva à hegemonização da "novidade" colonizadora, ao nível mais passivo do que criativo da imitação, sempre tendencialmente redutora das fontes e meios da originalidade. (COSTA, 1999: 240)*

Considerando os fatores *fluência*, *confluência* e *influência*, Orlando da Costa faz uma reconstrução cronológica da literatura indo-portuguesa contemporânea – desde a década de 30, com Adeodato Barreto, até à década de 70, com Epitácio Pais –, usando uma linguagem crítica e sofisticada que consegue desviar o problema de extinção da literatura em questão. Nesse texto, ao seu autor não interessa defender o uso do português ou reivindicar a existência de uma literatura em português em Goa, bem pelo contrário, lhe interessa falar de uma literatura residual que é o testemunho do conflito identitário do goês. A



*indianidade* que ele encontra expressa, principalmente, na poesia de Adeodato Barreto, e nos goeses que escreveram a seguir a ele, deriva da aceitação dos limites representados pelas três vertentes da língua portuguesa, nomeadamente, *fluência*, *confluência* e *influência*. Para Orlando da Costa, a *indianidade* não se define como categoria identitária em oposição a um legado de valores literários europeus ou ocidentais, "mas como uma fase diferente, mais consciente e desejadamente aprofundada e sentida" (COSTA, 1999: 238-239). Por isso, as dificuldades impostas pela aproximação com um mundo culturalmente diferente não impediram que uma literatura de qualidade, e original, fosse produzida.

Costa não fala de um *fim* da literatura indo-portuguesa; tampouco fala do seu *futuro*. Talvez, a escolha de falar de "antecedentes e percurso" proceda da consciência de se tratar de um ciclo em conclusão, simbolizado também pela ocasião para a qual o texto foi escrito. O importante não é garantir a continuação da literatura indo-portuguesa enquanto produção escrita, parte de um sistema editorial, mas sim garantir a sua existência por meio da experiência da leitura, motivação pela qual ele especifica estar a falar na qualidade de escritor, mas sobretudo de leitor.

Concluindo, se devêssemos identificar uma motivação que justifique a preservação da língua portuguesa em Goa, comum a todos os textos que analisamos, seria difícil decidir qual esta seria, dados os discursos extremamente diferentes que esses textos representam. Não cabe à autora deste ensaio emitir juízos sobre a plausibilidade de uma ou outra motivação; também não era o objetivo deste trabalho. Porém, a leitura dos documentos resenhados pode dar uma ideia de qual era o grau de pertença de uma parte dos goeses à cultura de língua portuguesa, depois do fim do colonialismo. Como alguns textos demonstraram, as razões alegadas pelos seus autores vão mais além de simples sentimentos nostálgicos, implicando não apenas fatores políticos, ligados à perda de privilégios, mas também fatores identitários, tornando a interpretação dos factos complexa e intricada, dificilmente reduzível a categorias binárias do pró e do contra.